

portomar@atribuna.com.br

Porto & Mar

SEP analisa 7 pedidos de renovação de contratos

Número se refere apenas às instalações do Porto de Santos. No País, são 23 solicitações

JOSÉ CLAUDIO PIMENTEL
DA REDAÇÃO

Das 11 solicitações para a renovação antecipada de contratos de arrendamento do Porto de Santos, quatro já foram atendidas pelo Governo Federal. As outras sete propostas são avaliadas pela Secretaria de Portos (SEP), após aval técnico da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que não tem prazo para apreciar os pedidos.

As instalações portuárias que têm contratos por vencer solicitam a renovação antecipada para garantir o retorno de investimentos. Em contrapartida, as empresas apresentam um plano que detalha as melhorias na área ou ainda a compra de equipamentos que serão utilizados nos terminais.

Até o momento, os técnicos da pasta avaliam as propostas dos contêineres Santos Brasil, responsável pelo Terminal de Contêineres (Tecon) da Margem Esquerda (Guarujá), do Ecoporto Santos, que fica no Saboó, e da Brasil Terminal Portuário (BTP), na Alemoa.

O pedido do graneleiros T-Grão Cargo e Rumo Logística, que ficam em Outerinhos, e do Terminal XXXIX, na Ponta da Praia, além do líquido Citrosuco, no Macuco, também estão sendo analisados. Todos os últimos na Margem Direita do cais santista.

Apesar de questionada, a SEP não respondeu qual será o próximo a ter o contrato renovado. Em abril, era esperada uma definição do pedido da Santos Brasil, conforme anunciado pelo próprio ministro do Portos, Edinho Araújo, para *A Tribuna*. Passados cinco meses, a empresa ainda aguarda a liberação para investir R\$ 3,1 bilhões na instalação do Porto de Santos.

Para o presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Wilen Manteli, a burocracia é a culpada do atraso e da demora na avaliação dos pedidos de renovação, iniciados após a promulgação da Lei 12.815, em 2013. "Há muitas pessoas que ainda enxergam o serviço portuário como serviço público. Dessa forma, nada dá certo".

Manteli lembra que o discurso do Governo Federal para o novo marco regulatório era de que ele possibilitaria novos investimentos e também aumen-



CARLOS MOGUEIRA

Tecon, que fica na Margem Esquerda do cais santista, também pediu a renovação antecipada de contrato

No Brasil

Em todo o País, a Secretaria de Portos (SEP) recebeu 27 pedidos de renovação de contratos. As solicitações atendem à prorrogação antecipada prevista no artigo 57 da Lei 12.815, o novo marco regulatório do setor em vigor desde 2013. Destes, quatro já foram atendidos: todos no complexo portuário santista.

taria a capacidade operacional e a eficiência das instalações. Passados dois anos, os desafios ainda são transpor a barreira imposta pelos órgãos públicos e agências reguladoras.

"Na realidade em que vivemos, a demora muda o panorama. Estamos com um país em crise e que acaba de ser rebaixado no grau de segurança, então tudo fica mais difícil, principalmente o financiamento de investimentos", diz ao criticar o tratamento do governo diante das necessidades rápidas e que visam a competitividade do setor.

A exemplo dos prejuízos desse entrave, ele cita a BTP, que iniciou as operações na área da Alemoa, em Santos, a cerca de dois anos e já solicitou a renovação antecipada de contrato. Pa-

ra ele, a pressa está aliada à segurança de investimentos que o mercado portuário requer.

JÁ RENOVADOS

A primeira solicitação atendida pela SEP foi a da Ageo Terminais e Armazéns Gerais, do Grupo EBT, ao final do último ano. A empresa, que opera uma instalação de químicos na Margem Esquerda do Porto de Santos, comprometeu-se a investir R\$ 187 milhões no cais santista até 2041.

Em seguida, ocorreu a aprovação do pedido da ADM do Brasil, que opera um terminal no Corredor de Exportação da Margem Direita. A empresa se comprometeu a investir R\$ 207,6 milhões até 2037. O aditivo tem considerações à atenção com o meio ambiente por conta dos impactos causados pela movimentação de grãos na Ponta da Praia.

Em seguida, ocorreu a renovação da Ageo Norte, também do Grupo EBT, que ocupa a área de químicos na Ilha Barnabé. Agora, com o contrato em vigor até 2040, a empresa assumiu o compromisso de investir R\$ 165 milhões na infraestrutura da instalação portuária pelos próximos anos.

A mais recente antecipação pertence à Libra e foi autorizada na semana passada. A empresa comprometeu-se inves-

tir R\$ 750 milhões até 2035, quando passa a valer o novo término do acordo de arrendamento pelas três áreas firmado com o Governo Federal.

Os contratos, antes desmembrados, agora foram unificados. Uma das contrapartidas foi a negociação de uma dívida que ultrapassa R\$ 1 bilhão. Agora, o problema será resolvido em uma câmara de arbitragem e não mais na Justiça.